

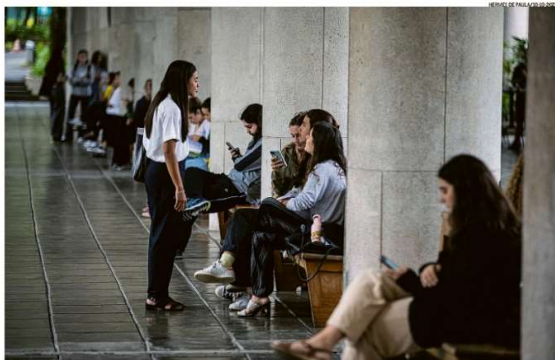
Universidades federais ampliam liderança no país

Das 111 avaliadas pelo Inep, 20 ficaram entre as melhores do país e 74 no segundo melhor nível de desempenho. Instituições privadas comunitárias, como as católicas, foram as que mais melhoraram de 2018 a 2022

BRUNO ALFARO
Ilustração: André

Como em meio a uma grave crise financeira durante a pandemia de Covid-19, as universidades federais ampliaram seu espaço entre as melhores do país, apontaram os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 2018, 68% ocupavam as faixas 4 e 5 de desempenho do IGC. Em 2022, 85% atingiram esse patamar.

Dos 111 institutos federais e universidades avaliados, 20 ocuparam uma posição entre as melhores instituições do país (faixa 5) e 74 estiveram no segundo melhor nível de desempenho (faixa 4). Os 17 restantes ocuparam a faixa 3. Nenhum ficou abaixo disso.



No topo, PUC de Rio: universidade atingiu o conceito máximo pela primeira vez, ao lado de outras 11 instituições, inclusive quatro federais de Nordeste

APERTO NO ORÇAMENTO

O período analisado foi o de maior aperto orçamentário das instituições. Um levantamento do GLOBO em agosto de 2022 apontou que 17 federais tinham risco de interromper suas atividades até o fim daquele ano por falta de dinheiro para pagar contas básicas, como água e luz. Um valor extra foi liberado para o fechamento das contas daquele ano e, em 2023, o orçamento voltou a crescer, com a mudança de governo.

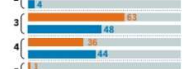
Entre as instituições privadas, as comunitárias foram as que mais melhoraram nesse período. Em 2018, 37% estavam nos melhores índices, o que passou para 49% em 2022. Instituições comunitárias são as sem fins lucrativos que pertencem a uma comunidade e aplicam seus recursos integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, sem nenhuma distribuição de dividendos ou bonificações, como as universidades católicas.

Ainda que tenham tido uma leve melhora, as instituições com fins lucrativos tiveram os piores desempenhos entre as privadas. Passaram de 18% nas faixas 4 e 5 para 21%.

— Cursos com melhores condições de infraestrutura, organização didático-pedagógica e oportunidades de ampliação da formação conseguem aumentar a

DESEMPENHO POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Federais ampliaram a proporção de instituições nas melhores faixas do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição



Nota máxima para 12 pela primeira vez

O conceito máximo do Índice Geral de Cursos do Inep foi atingido por 12 instituições pela primeira vez neste ano. Na lista, estão quatro universidades federais do Nordeste (Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte) e uma do Sul (Rio Grande do Sul).

— Também fazem parte desta relação uma instituição estadual (Universidade do Paraná), cinco entidades privadas sem fins lucrativos (PUC-RS, PUC-SP, PUC-Rio, Facepar e FAP) e uma instituição particular com fins lucrativos (Fadusp).

— Os dados do CPC mostram ainda que o Espírito Santo é o estado que tem o maior número de cursos universitários avaliados com conceitos 4 e 5. De acordo com o Inep, dos 171 cursos do menor estado do Sudeste, 48,5% (83) estão nas melhores faixas de desempenho. Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul, Ceará, Paraná e Rio Grande do Norte completam a lista de sete estados que têm pelo menos

40% dos cursos entre os melhores do país.

— No Rio, 35% dos cursos públicos e privados estão nas faixas 4 e 5. Em São Paulo, o percentual é de 25%. As últimas posições nesta comparação são ocupadas por três estados do Norte: Amapá, Roraima e Acre, que possuem 19,4%, 19% e 9,7%, respectivamente.

— Notamos uma pequena melhora na qualidade da oferta de cursos EaD, se comparados com os anos anteriores. No geral, os dados estáveis indicam que o modelo de avaliação pode e deve ser aprimorado, especialmente depois da pandemia, para lidar com as novas abordagens pedagógicas influenciadas pelas tecnologias — afirmou Celso Niskier, diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

O IGC é baseado em dois critérios: a nota que a Capes atribui a cada curso de pós-graduação da instituição e a média de cada curso do Conceito Preliminar de Curso (CPC), que também é medido pelo Inep.

O CPC é formado a partir do Conceito Enade, que tem 20% do peso, da percentagem de professores com mestrado ou doutorado (30% da nota), a percepção do estudante sobre o curso que fez (15% do índice) e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado. Esse indicador mede a evolução do aluno comparando a nota dele do Enem com a do Enade, e tem 35% de peso no CPC.

O Inep atribui uma nota a cada instituição, e a partir de uma média dessas notas, distribui as instituições em cinco faixas de desempenho: as com menor nota ficam na faixa 1 e as que têm maiores médias na faixa 5. Com base nesse critério, é possível afirmar quais são as melhores e quais são as piores instituições de ensino superior do país e o que leva a esse desempenho.

Neste ciclo do Enade, foram avaliados os seguintes cursos: Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Direito, Psicologia, Relações Internacionais, Secretariado Executivo, Serviço Social, Teologia e Turismo.

Também foram analisados os tecnólogos de Comércio Exterior, Design de Interiores, Design Gráfico, Design de Moda, Gastronomia, Gestão Comercial, Gestão de Qualidade, Gestão Pública, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Logística, Marketing e Processos Gerenciais.

Camilo rejeita mudar mais projeto do ensino médio

Ministro diz esperar que Senado aprove texto votado pela Câmara; depois de Randolfe falar em negociar 'eventuais alterações'

LACIBERTO POMPEU
Ilustração: André

O ministro da Educação, Camilo Santana, disse ontem ter a expectativa de que o projeto de lei do Novo Ensino Médio seja aprovado pelo Senado da forma como foi votado pela Câmara. A declaração contraria a intenção mostrada na semana passada pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Randolfe disse que iria dialogar no Senado e na Câmara por "eventuais

alterações" no texto, "resgatando o texto original que veio do Executivo".

— Houve um acordo na gente considera mais importantes do projeto. Se ele for aprovado da forma como veio da Câmara, para mim, pela consulta que fizemos no MEC, será importante manter, preservar aquilo que foi mais importante aprovado na Câmara — afirmou o ministro, que esteve no Senado para participar da posse de sua segunda suplente Janaina Farias (PT-CE) na Casa.

O ministro disse que vai procurar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ex-senadora Dórisa Seabra Rezende (União-TO), relatora do texto, para conversar sobre a iniciativa. O projeto foi aprovado na Câmara após uma série de embates com os deputados, inclusive o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e o relator Mendonça Filho (União-PE).

— O mais importante do projeto da Câmara é garantir a retomada das 2,4 mil horas da formação geral básica e aquelas que ofertam ensino técnico podem reduzir a carga horária.



Na nossa consulta com alunos, 80% querem ensino técnico profissionalizante, é uma demanda dos secretários

rios estaduais de educação com quem me reuni. É um grande modelo, o ponto mais importante da mudança aprovada — defendeu.

No texto aprovado pelos deputados há duas semanas, houve mudanças na proposta de reforma do governo em relação ao ensino profissionalizante. A formação geral básica nessa modalidade terá 2,1 mil horas. As redes de ensino estaduais, no entanto, estão liberadas para utilizarem até 300 dessas horas de "forma articulada" com os cursos técnicos, nas carreiras que precisem de mil ou 1,2 mil horas de formação. Assim, a parte do currículo de disciplinas clássicas, a formação geral básica, cai para até 1,8 mil horas.